

JUSTIÇA

Direção-Geral da Política de Justiça

Aviso n.º 16275/2018

Recrutamento de dois Assistentes Técnicos (m/f), para o exercício de funções em regime de mobilidade na categoria, para a Divisão de Gestão de Recursos Materiais e Financeiros da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça.

Torna-se público que, a Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça pretende recrutar dois Assistentes Técnicos (m/f), com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, para o exercício de funções na Divisão de Gestão de Recursos Materiais e Financeiros da mesma Direção-Geral, em regime de mobilidade na categoria, nos termos do disposto no artigo 92.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, de acordo com os requisitos, caracterização e perfil a seguir discriminados:

I — Requisitos de admissão:

a) Ser titular de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;

b) Ser detentor/a da carreira/categoria de Assistente Técnico.

II — Caracterização do posto de trabalho a ocupar:

Incumbe à Divisão de Gestão de Recursos Materiais e Financeiros o desenvolvimento das competências na área dos recursos financeiros e patrimoniais, conforme o disposto no Despacho n.º 4128/2015, de 24 de abril.

III — Perfil pretendido:

Os candidatos (as) deverão deter experiência profissional nas áreas de intervenção a seguir discriminadas:

a) Acompanhamento e controlo da execução orçamental dos Orçamentos de Funcionamento e Investimento, ao nível dos programas, atividades e projetos;

b) Registo em GeRFIP — Gestão de Recursos Financeiros em modo Partilhado: alterações orçamentais, cabimentos, compromissos, pagamentos e Pedidos de Autorização de Pagamentos (PAP's);

c) Elaboração de guias de reposição abatidas e não abatidas;

d) Criação de Duc's para pagamento às Finanças;

e) Lançamento das guias de receita e controlo da arrecadação de receitas;

f) Utilização das plataformas SIPIDDAC e SIGO;

g) Recolha e tratamento de informação financeira solicitada e/ou enviada para o exterior, de acordo com os requisitos legais;

h) Pedido de orçamentos para deslocações a efetuar a nível da União Europeia e de Cooperação Internacional, respetiva marcação e elaboração de processos;

i) Elaboração de informações e redação de ofícios ou outras correspondências financeiras e organização e arquivo de expediente.

IV — Local de trabalho:

Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, sita na Avenida D. João II, n.º 1.08.01 E, Torre H, Pisos 1/2/3, Campus da Justiça, 1990-097 Lisboa.

V — Prazo e forma de apresentação de candidaturas:

Os interessados/as deverão, no prazo de 10 dias úteis contados da data de publicação do presente Aviso, enviar requerimento com a menção expressa da modalidade de relação jurídica que detém, da carreira/categoria, da posição e nível remuneratórios, e o respetivo montante remuneratório, acompanhado de *Curriculum Vitae* atualizado, datado e assinado, mencionando como referência/assunto "Recrutamento por mobilidade na categoria", dirigido a:

Diretora-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça
Avenida D. João II, n.º 1.08.01 E, Torre H, Pisos 1/2/3
Campus da Justiça
1990-097 Lisboa

VI — Remuneração:

Nos termos do disposto no artigo 20.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para o ano de 2018, foram prorrogados os efeitos da alínea d) do n.º 2 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, pelo que o pagamento da remuneração é efetuado pela posição remuneratória correspondente à situação jurídico-funcional de origem em que o trabalhador se encontra.

VII — Métodos de Seleção:

A seleção dos candidatos será efetuada com base na análise curricular, podendo ser complementada com uma eventual entrevista profissional de seleção.

A referida análise curricular tem caráter eliminatório, apenas os candidatos pré-selecionados serão contactados para a realização da referida entrevista profissional de seleção.

Mais esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone 217924000/ Divisão de Gestão de Recursos Humanos da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça.

25 de outubro de 2018. — A Diretora-Geral, *Susana Antas Videira*.
311766477

Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P.

Despacho n.º 10431/2018

Torna-se público que, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 166/2012, de 31 de julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 54/2012, de 28 de setembro, considerando a proposta do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P. de 9 de outubro de 2017, por despacho de Sua Excelência a Secretária de Estado Adjunta e da Justiça de 22 de novembro de 2017, foi designada, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2017, pelo período de 3 anos, renovável por iguais períodos, como Coordenador da Unidade Funcional de Patologia Forense do Serviço de Clínica e Patologia Forenses da Delegação do Norte do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P., o Assistente de Medicina Legal Francisco José Monteiro de Paiva Taveira, possuidor de reconhecida aptidão e experiência profissional adequadas ao exercício das referidas funções, como evidencia o respetivo currículo, publicado em anexo ao presente despacho. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

11 de outubro de 2018. — O Vice-Presidente do Conselho Diretivo, *Carlos Dias*.

Súmula curricular

Francisco José Monteiro de Paiva Taveira

Data de Nascimento: 27 de abril de 1969.

Fluente em Espanhol, Português, Inglês

Licenciado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.

Especialista em Medicina Legal a exercer funções na Delegação do Norte do I.N.M.L., I. P. com a categoria de Assistente desde 2009.

A Exercer Funções de Coordenador do Gabinete Médico-Legal de Santa Maria da Feira desde junho de 2010 até setembro de 2017.

Iniciou Funções de Coordenador da Unidade Funcional de Patologia Forense da Delegação do Norte do INMLCF, IP desde outubro de 2017.

Mestre em Ciências Forenses pela Universidade do Porto.

Detentor do Curso de Pós-Graduação em Avaliação do Dano Corporal Pós-Traumático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto/Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P.

Detentor do Curso Superior de Medicina Legal da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto/Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P.

Detentor do Curso de Medicina Legal Social e do Trabalho da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra/Instituto de Medicina Legal Investigador do CENCIFOR no âmbito de projeto de investigação financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Colabora no ensino pré-graduado e pós-graduado da Medicina Legal em vários estabelecimentos de ensino superior.

Autor e coautor de vários trabalhos apresentados em congressos, artigos publicados em revistas internacionais indexadas na área da Medicina Legal e Ciências Forenses em língua portuguesa.

Docente do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar como assistente da disciplina de Medicina Legal e Toxicologia Forense de 2006 a 2016.

Membro da International Academy of Legal Medicine (IALM), da Forensic Anthropology Society of Europe (FASE), da Associação Portuguesa de avaliação do Dano Corporal (APADAC) e da Sociedade Portuguesa para o Estudo da Criança Abusada e Negligenciada (SPECAN).

311738426